



14717675



08084.002515/2021-14

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****MAPA DE RISCO****FASE DE ANÁLISE**

X	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
	Gestão do Contrato

RISCO 01 - Erros na elaboração do Termo de Referência

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta

Id	Dano	
1.	Atraso na condução do procedimento licitatório e conseqüentemente na consecução do objeto	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Utilização dos modelos estabelecidos pela AGU, análise prévia do TR e adoção das recomendações da Consultoria Jurídica	CGL e CGDS
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Promover alterações no TR antes da fase externa	CGDS

RISCO 02 - Inconformidade da pesquisa de preços

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input checked="" type="checkbox"/> Alta

Id	Dano
1.	Pesquisa de mercado inconforme

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Definição precisa do objeto previamente à pesquisa de mercado	CGDS
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Refazer a pesquisa com as devidas adequações	CGDS

<u>RISCO 03 - Restrição de recursos orçamentários</u>		
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto	() Baixa () Média (X) Alta	
Id	Dano	
1.	Atraso na condução do procedimento licitatório e conseqüentemente na consecução do objeto	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Emissão de DDOs durante a fase interna	CGL
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Readequação dos quantitativos ante a restrição orçamentária	CGDS

<u>RISCO 04 - Identificação de vícios pelos Órgãos de Controle</u>		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta	
Id	Dano	
1.	Anulação do procedimentos licitatório	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Adoção das recomendações decorrentes da análise prévia da Consultoria Jurídica e Assessoria de Controle Interno	CGL e CGDS
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Atendimento às determinações dos Órgãos de Controle	CGL e CGDS

<u>RISCO 05 - Qualidade insatisfatória dos serviços</u>		
--	--	--

Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta		
Impacto	() Baixa () Média (X) Alta		
Id	Dano		
1.	Serviços gráficos, de diagramação, dentre outros, com características aquém das desejadas		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Verificação dos atestados de capacidade técnica da empresa vencedora do certame e acompanhamento dos serviços prestados	CGL e CGDS	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual	CGL	



Documento assinado eletronicamente por **LIDIANNY ALMEIDA DE CARVALHO, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 02/06/2021, às 09:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS AUGUSTO BITTENCOURT DALCOL, Integrante Administrativo**, em 02/06/2021, às 09:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL FARIAS E OLIVEIRA, Administrador(a)**, em 06/06/2021, às 19:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lúcio André Wanderley Correa de Mello, Coordenador(a) de Suprimentos e Serviços Gerais**, em 16/06/2021, às 08:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CRESCENTI DE PAIVA, Coordenador(a)-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais - Substituto(a)**, em 16/06/2021, às 17:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14717675** e o código CRC **D895EEE5**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.